

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO – UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EVERTON SEVERINO DO NASCIMENTO
LUIZ GUSTAVO ALVES FLORÊNCIO
VICTOR TOSCANO DE MENESES

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO AMBIENTE
ESCOLAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

RECIFE/2022

**EVERTON SEVERINO DO NASCIMENTO
LUIZ GUSTAVO ALVES FLORÊNCIO
VICTOR TOSCANO DE MENESES**

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO AMBIENTE
ESCOLAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Projeto apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Educação Física.
Professor Orientador:

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

N244e

Nascimento, Everton Severino do.

Educação física inclusiva no ambiente escolar: possibilidades e desafios /Luiz Gustavo Alves Florêncio; Víctor Toscano de Meneses. - Recife: O autor, 2022.

20 p.

Orientador(a): Dr. Edilson Laurentino dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Licenciatura em Educação Física, 2023.

Inclui Referências.

1. Inclusão escolar. 2. Educação Especial. 3. Capacitação de professores. I. Florêncio, Luiz Gustavo Alves. II. Meneses, Víctor Toscano de. III. Centro Universitário Brasileiro - Unibra. IV. Título.

CDU: 796

EVERTON SEVERINO DO NASCIMENTO
LUIZ GUSTAVO ALVES FLORÊNCIO
VICTOR TOSCANO DE MENESES

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Artigo aprovado como requisito final para obtenção do título de Licenciatura em Educação física, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Especialista - Adelmo José de Andrade

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)
Professor(a) Examinador(a)

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)
Professor(a) Examinador(a)

Recife, ___/___/___

NOTA: _____

*Dedicamos esse trabalho aos nossos
professores do ensino médio, amigos
familiares.*

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

(Paulo Freire)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	09
PCD	- Pessoas com Deficiência	09
ECA	- Estatuto da Criança e Adolescente	09
EFE	- Educação Física Escolar	10
CCM	- Cultura Corporal do Movimento	10

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. A Sociedade, a escola e a família são responsáveis pelas crianças com deficiência, conforme Declaração de Salamanca e o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil.....	11
2.2. Esclarecendo o Marco Legal para o trabalho em educação com pessoas com deficiência.....	13
2.3. Vantagens, Benefícios e Desvantagens da inclusão de crianças com deficiência na escolar.....	15
3. DELINEAMENTO METODOLOGICO.....	18
4 RESULTADOS.....	19
5. RESULTADOS E DISCURSSÕES.....	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	22

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Everton Severino do Nascimento
Luiz Gustavo Alves Florêncio
Victor Toscano de Meneses
Edilson Laurentino dos Santos¹

Resumo: Pessoas com qualquer problema de natureza, física, mental ou sensorial tendem a ser menos ativas fisicamente, porém possuem as mesmas necessidades na prevenção de doenças e incremento da qualidade de vida. Atividades físicas regulares poderão reduzir sintomas de ansiedade e depressão, além de promover socialização e aumentar a percepção de bem estar geral das pessoas com deficiência (MARTINS; BERT; BORGES, 2013). O presente estudo tem como objetivo analisar a relação da comunidade escolar com a inclusão de crianças com deficiência. Será uma revisão de literatura, a busca por artigos será realizada na base de dados SCIELO e revistas científicas como: Motriz e movimento que atendemos os seguintes critérios de inclusão: publicadas entre aos anos 2002 a 2022, em língua portuguesa, sobre a educação física inclusiva no ambiente escolar: possibilidades e desafios. Sendo assim, as crianças devem ser incluídas sem discriminação, onde a mesma deve ser tratada em condições de igualdade no exercício de seus direitos cujo objetivo é a sua inclusão e cidadania conforme termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Palavras chaves: Inclusão escolar; Educação Especial; Capacitação de professores.

ABSTRACT: People with any problem of nature, physical, mental or sensory tend to be less physically active, but they have the same needs in terms of disease prevention and increased quality of life. Regular physical activities can reduce symptoms of anxiety and depression, in addition to promoting socialization and increasing the perception of general well-being of people with disabilities (MARTINS; BERT; BORGES, 2013). This study aims to analyze the relationship between the school community and the inclusion of children with disabilities. It will be a literature review, the search for articles will be carried out in the SCIELO database and scientific journals such as: Motriz e Movimento that meet the following inclusion criteria: published between the years 2002 to 2022, in Portuguese, on inclusive physical education in the school environment: possibilities and challenges. Therefore, children must be included without discrimination, where they must be treated on an equal basis in the exercise of their rights whose objective is their inclusion and citizenship according to the terms of the Statute of Persons with Disabilities.

Keywords: School inclusion; Special education; Teacher training

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 aponta que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos, que representa 17,3 milhões de pessoas tem algum tipo de deficiência. Quase metade dessa parcela

¹ Doutor em Educação (UFPE); Mestre em Educação (UFPE); Licenciado Pleno em Educação Física (UFPE); Professor do Curso de Educação Física da UNIBRA. E-mail: edilson.santos@grupounibra.com

(49,4%) é de idosos. A pesquisa detalha que 7,8 milhões, ou 3,8% da população acima de dois anos, apresentam deficiência física nos membros inferiores, enquanto 2,7% das pessoas têm nos membros superiores. Já 3,4% dos brasileiros possuem deficiência visual; e 1,1%, deficiência auditiva. Já 1,2% ou 2,5 milhões de brasileiros tem deficiência. Esse número bastante elevado, faz com que estratégias sejam elaboradas paulatinamente para incluir pessoas com deficiência (PCD) em diversas estâncias (MAGALHÃES, et.al, 2016).

Um dos documentos mais importantes que visam a inclusão social é a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), junto com a convenção sobre os Direitos da Criança (1988) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) fazem parte de uma tendência mundial que vem consolidando a Educação Inclusiva (PONTES, RODRIGUES, RODRIGUES, 2021).

O ECA, nos termos de sua lei cita em um único parágrafo que todas as crianças e os adolescentes têm direitos sem discriminação, além da situação de uma deficiência em que foi acometida. Já no estatuto do seu artigo 3º ratifica que os mesmos gozam de todos direitos inerentes a pessoa humana, inclusive, o direito a educação básica que está discriminada no artigo 53. É o dever de todos prover de forma prioritária os direitos da criança e do adolescente de acordo com o artigo 4º (BRASIL, 1990).

O artigo 1º do institui da lei relata que as crianças devem ser incluídas sem discriminação, onde a mesma deve ser tratada em condições de igualdade no exercício de seus direitos cujo objetivo é a sua inclusão e cidadania nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Foi criado o estatuto da pessoa com deficiência, para assegurar e promover os direitos da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).

Ainda conforme a Declaração de Salamanca, ela destaca o direito à uma educação de qualidade e que considere as características e os interesses de cada aluno, evitando-se discriminações e a exclusão escolar, propondo organização e capacitação para atender a todos (RAIÇA, 2014).

A inclusão refere-se a todos os alunos, e não apenas a alguns. Ela requer uma mudança de cultura e de organização da escola para garantir acesso e participação para todos os alunos que frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas podem retornar à escola em um momento futuro (SOUSA, 2012).

A Educação Física sendo uma área de conhecimento que constrói, organiza e produz conhecimento com base em princípios pedagógicos, deve integrar a proposta pedagógica da escola. Assim, as atividades praticadas na Educação Física Inclusiva vão além do ensino correto da cultura corporal do movimento, o que permitiu que o professor analise, relacione, interprete e problematize com seus alunos as diversas manifestações da cultura corporal (PONTES, RODRIGUES, RODRIGUES, 2021).

A inclusão dos alunos portadores de deficiência, também denominados de pessoas com deficiência (PCD), é a forma mais avançada de democratizar as oportunidades educacionais, uma vez que a maior parte das PCDs não apresentam características que impeçam sua interação com crianças sem deficiência (MARTINS, et.al, 2019).

Nesse cenário a Educação Física Escolar (EFE) necessita contribuir com a inclusão, utilizando da cultura corporal do movimento (CCM), como ferramenta pedagógica de inclusão para os PCDs junto a vivências práticas, críticas e emancipadoras. Assim, a EFE pode planejar os caminhos que visam uma inserção que respeite a diversidade humana, as diferenças entre alunos e as condições adaptativas que os alunos podem adquirir com as aulas (MARTINS, et.al, 2019).

Moreira (2006) salienta que a Educação Inclusiva é a aceitação das diferenças, e não simplesmente inserir o aluno em sala de aula, pois ela exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, cooperação entre alunos, professores capacitados para incluir todos em todas as atividades escolares, trabalhando questões de respeito e dignidade (SILVA, CARVALHO 2017).

Um dos pontos centrais da Educação Física é o desenvolvimento da cultura corporal por meio do movimento, dando destaque a atividades como danças, jogos e esportes, lutas corporais e brincadeiras. No entanto quando se refere a alunos com deficiência, é importante que cuidados sejam tomados, como o tipo de deficiências apresentado por eles, pois cada necessidade requer condutas específicas (PONTES, RODRIGUES, RODRIGUES, 2021).

Outro componente importante no processo de inclusão é a capacitação dos professores de EF, pois ele deve ter conhecimentos especializados para lidar com a diversidade de pessoas atendidas nas aulas. Dentre as disciplinas no curso está a Educação Física Adaptada que fornece subsídios para que se conheça conceitos, procedimentos e atitudes necessárias para atuar com PCD (FERREIRA et al., 2013)

O esporte sendo um fenômeno humano, pode e deve ser utilizado como um instrumento pedagógico, que proporcione a inclusão e aprendizados ímpares acerca das relações sociais. Ele como conteúdo educacional possibilita mudanças nas regras para adequação aos alunos e ambientes, propicia vivenciar a competição com a finalidade de os alunos aprenderem a lidar com vitórias e derrotas, enfatiza o processo e não o resultado, além de visar a aprendizagem (CABRAL, ALMEIDA, 2019).

Para aprofundar o tema escolhido para a nossa pesquisa, construímos a seguinte questão problema: De que forma a Educação Física contribuirá na inclusão de crianças com alguma deficiência no ambiente escolar? Para tentar responder à questão anteriormente apresentada, definimos como objetivo geral da nossa pesquisa verificar as principais contribuições da educação física na inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar. E dando suporte a este, os objetivos específicos são:

1. Analisar a relação da comunidade escolar com a inclusão de crianças com deficiência.
2. Verificar a prevalência de crianças com deficiência matriculada nas escolas brasileiras
3. Apontar as principais dificuldades e possibilidades encontradas para inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar.

Atualmente se faz necessário compreender ainda mais os benefícios que a inclusão escolar trás para as crianças com alguma deficiência. Este estudo busca realizar uma reflexão sobre a importância da inclusão de crianças no ambiente escolar.

Os sistemas escolares hoje em dia, fazem uma divisão de alunos considerados normais e deficientes, o ensino em regular e especial, e fazendo professores em especialistas sobre diferentes necessidades especiais. Construindo uma lógica com uma visão mecanicista, determinista e formal, modificando os pensamentos científicos, ignorando o subjetivo afetivo, com essa mudança que a inclusão busca. (MANTOAN, 2006).

Segundo Lima (2010). A importância da educação fica expressa na compreensão das políticas públicas brasileiras e a necessidade primária para o cumprimento da cidadania e acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram à população o direito a uma educação de qualidade, compreendida como um processo educativo que leve os educandos a uma formação. Propicia o desenvolvimento

humano na sua plenitude, condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças

Portanto, é preciso discutir e levantar ainda mais questionamentos acerca desse tema, visto que muitas crianças passam por esta situação na sua vida. Sendo assim, há necessidade de mais estudos e obtenção de novos dados científicos que ajudem na inclusão das crianças com deficiência no âmbito escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Esclarecendo o Marco Legal para o trabalho em educação com pessoas com deficiência.

Nas últimas décadas, muitos países passaram por grandes mudanças nas políticas e práticas destinadas a alcançar a educação inclusiva. No Brasil, as principais mudanças decorreram da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006).

Inspirado por esse documento, o Ministério da Educação (MEC) lançou em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Seu objetivo é desenvolver diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a inclusão escolar. Uma das grandes contribuições dessa medida é reformular o papel da educação especial por meio da implementação de serviços de educação profissional (BRASIL, 2015).

Em 2008, o país ratificou a Convenção das Nações Unidas com sua emenda constitucional equivalente, que serve de referência para todas as leis e políticas brasileiras. O Plano Nacional de Educação (PNE) foi promulgado em 2014 para fornecer acesso universal à educação básica e AEE para o público-alvo da educação especial até 2024.

Por fim, em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), trazendo consigo uma série de inovações, como a proibição da recusa escolar e taxas adicionais para alunos com deficiência. Como consequência direta dessas leis, o total de matrículas de alunos com deficiência na educação básica aumentou substancialmente nesse período, principalmente em um contexto inclusivo (BRASIL, 2015).

No entanto, é preciso levar em conta que, em geral, essa trajetória não é linear. Esta não é uma sequência lógica, sistemática e gradual de mudanças. Boa parte do inegável avanço é fruto de um processo marcado por discussões, contradições e múltiplos retrocessos. Isso porque a educação inclusiva desafia a lógica da exclusividade que rege os valores e organizações das redes educacionais (públicas e privadas) e exige que elas sejam transformadas para que o direito de participar e aprender no ambiente escolar seja de fato uma realidade para todos no Brasil e no mundo inteiro (BRASIL, 2015).

Para começar, vamos citar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Que em seu artigo 4º afirma: "Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação". O mesmo regulamento, em seu artigo 27, estabelece como objetivo: "

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem". Proporcionar às pessoas com deficiência, uma proposta pedagógica que lhes permita o máximo desenvolvimento de suas possibilidades, a integração e o pleno exercício de seus direitos.

O ensino educacional tem no centro das suas preocupações o desafio de alcançar a inclusão e a permanência para que todos concluam a escolaridade obrigatória, garantindo os conhecimentos e ferramentas necessários para cumprir plenamente os propósitos deste nível de ensino. É por isso que nas escolas se dá importância ao desenvolvimento da definição de um projeto de vida que tende a ser o mais autônomo possível, desenvolvendo ao máximo as possibilidades individuais (BRASIL, 2015).

O conhecimento necessário para o desenvolvimento do saber ser implica um compromisso e responsabilidade pela tarefa a ser realizada, o que deve ser observado no comportamento dos alunos. Devemos ensinar, embora pareça óbvio, chegar na hora, cumprimentar na chegada e na saída, atender diariamente, pedir um favor, esperar a vez de falar, adaptar-se à situação comunicativa (ou seja, não falar com os nossos amigos como falamos com um colega de trabalho), para aprender a gerir de

forma autônoma na comunidade: saber ir de casa à escola e ao local de trabalho; devemos ensinar como agir em caso de emergência, para onde ligar, a quem recorrer, o que dizer. É um conhecimento que é adquirido durante o desenvolvimento por meio de interações sociais, porém, nossos alunos com deficiência às vezes só encontram uma forma de acessá-lo na escola.

Por isso, é importante que a formação priorize que os sujeitos sejam os mais autônomos possível, entendendo autonomia como "o conjunto de habilidades que cada pessoa possui para fazer suas próprias escolhas, tomar suas próprias decisões e assumir a responsabilidade por suas consequências". Ter autonomia implica decidir por si mesmo, avaliar riscos e possibilidades, implica em autocuidado, trabalho em equipe e cooperação, entre outros fatores necessários para desempenhar um papel em determinado trabalho (BRASIL, 2015).

2.2. A Sociedade, a escola e a família são responsáveis pelas crianças com deficiência, conforme Declaração de Salamanca e o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil.

O Estatuto da pessoa com deficiência é um conjunto de Leis que visa a inclusão do cidadão através de medidas de caráter social da pessoa com deficiência. A Lei nº 13.146/2015 foi motivada pelo anseio de se promover igualdade entre os indivíduos, uma vez que entrando em vigor tende a assegurar o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, incluindo a pessoa com deficiência no meio social (BORGES; SOUZA, 2019).

As alterações e mudanças deste Estatuto, não se limitam aos campos das normas, pois suas mudanças devem ser realizadas no âmbito prático, desde o campo da educação até mudanças nas estruturas físicas, para que possam facilitar a locomoção e a vida das pessoas, aumentando a independência no dia a dia (BORGES; SOUZA, 2019).

Com o intuito temos a possibilidade de ampliar a discussão iniciada em 1990 na Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, foi realizado na Espanha, mais preciso na cidade de Salamanca, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Como resultado surgiu a Declaração de Salamanca (1994) que oferece um ordenamento de ações que preconizam os encaminhamentos educativos com ênfase na educação inclusiva (BREITENBACK; HONNEF; COSTAS, 2016).

Sua versão traduzida no Brasil é de 1994, sendo reeditada em 1997, momento em que grupos sociais começam a ter força. Assim, foi disseminada o pensamento de integração da pessoa com deficiência na escola comum, normatizada pela Política Nacional de Educação Especial (BREITENBACK; HONNEF; COSTAS, 2016).

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, tem havido disposições legais e normativas focalizando o lazer para pessoas com deficiência física, priorizando as condições de acessibilidade. Verifica-se que, embora ainda de modo primário, cinemas, teatros, museus, parques e outras áreas destinadas ao lazer e à cultura têm sido projetados, construídos ou adaptados contemplando o acesso das pessoas com deficiências e que tenham necessidades especiais, de modo a diminuir os obstáculos à sua participação e à melhor utilização em situação de inclusão social (MAZZOTA; D'ANTINO, 2011).

As Políticas Públicas têm norteado os trabalhos nos contextos escolares, inclusive no âmbito da Educação Especial, no qual, vem provocando mudanças que levam as escolas a rever suas práticas e buscarem adequações para atender seus alunos, observando também que as discussões sobre inclusão, cada vez mais presentes nos contextos escolares e a legislação existente busca um ensino que atenda a todos do nível básico ao superior (LEONEL; LEONARDO, 2014)

Embora as políticas públicas garantam o direito de todos, sobretudo daqueles que apresentam deficiência, a um ensino de qualidade, a prática ainda está distante do ideal, não raro por falta de interesse das escolas e dos profissionais envolvidos, mas muitas vezes também pela dificuldade em compreender que este homem faz parte da construção histórica da educação de nosso país, educação que deve ser voltada a atender às suas dificuldades e a superá-las (LEONEL; LEONARDO, 2014).

As crianças e adolescentes encontram-se, em sua maioria, na escola, onde a Educação Física tem sua relevância na educação e formação de indivíduos conscientes da importância de adquirir hábitos saudáveis e de praticar atividades físicas regularmente, a fim de adquirir um estilo de vida mais saudável e, por consequência, melhorar a qualidade de vida e a saúde físicas (LEHNHARD; MANTA; PALMA, 2012).

É importante fortalecer os vínculos da escola com as famílias. Investigando aos pais o poder de decidir e fazer escolhas pelos filhos e pela escola que desejam para eles, procurando desfazer vínculos centrados. Tal disputa de poder da escola com as famílias afasta-as normalmente de uma parceria construtiva e imprescindível. Toda

pessoa com alguma deficiência possuem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, na medida da sua capacidade de estar a certa disso (ROMITO, et.al, 2011).

Quanto mais desconhecidas e supostamente distantes forem as condições individuais e sociais das pessoas com deficiência, maiores serão as possibilidades de instauração do medo nos relacionamentos interpessoais. A proximidade de uns com os outros e a sua interação viabilizam a afirmação do outro como sujeito, e é esse o ponto fundamental da necessidade e importância da inclusão social para todos. A atual consciência de parte da população sobre a ampla e complexa questão da inclusão social tem sido geradora de crescente número de estudos e ações, cada um a seu modo, atuando em diferentes frentes com diversos recursos (MAZZOTA; D'ANTINO, 2011).

A inclusão ilustra uma nova etapa firmada na aceitação e valorização da diversidade, na cooperação entre diferentes e na aprendizagem da multiplicidade; um processo através do qual a sociedade, nas suas mais diversas dimensões, se adapta de forma a poder incluir todos os indivíduos que, por sua vez, se preparam para desempenhar um ou vários papéis nessa sociedade (GUERRA,2012).

Mesmo que alguma forma de debate aconteça em nossa sociedade, por exemplo em associações, entidades e organizações que trabalham pela inserção social de pessoas com deficiência, Maciel (2000) indica que a sociedade em geral, por falta de conhecimento, transforma a deficiência em uma doença crônica que atrapalha a vida da pessoa com deficiência e de quem convive com ela, uma consequência disso é que muitos são segregados, por serem considerados incapazes e sem direitos. (LOPES; OLIVEIRA; ALENCAR, 2021).

A importância que a sociedade concede à família, bem como da grande quantidade de trabalhos que a tomam por objeto de estudo, sabe-se relativamente pouco sobre a dinâmica das suas relações, principalmente quando um ou mais de seus membros possui algum tipo de deficiência. Os estudos sobre a pessoa deficiente são muito mais numerosos do que os que enfocam a dinâmica das relações familiares, sendo estas tão complexas, variadas e diferentes, tornando impossíveis generalizações universais sobre sua natureza e suas influências (CHACON, 2011).

2.3. Vantagens, Benefícios e Desvantagens da inclusão de crianças com deficiência na escolar.

Primitivamente a deficiência foi considerada um fenômeno metafísico, definido pela possessão demoníaca ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes. Séculos da Inquisição católica e, posteriormente, da rigidez moral e ética da Reforma Protestante, colaboraram para que as pessoas com deficiência fossem tratadas como a personificação do mal, logo, passíveis de castigos, torturas e mesmo de morte (MACEDO. et.al., 2018).

Com o avanço da medicina, a deficiência passou a ser considerada como doença, o que fundamentou o paradigma da institucionalização, que consistia em afastar as pessoas com deficiência do convívio social, internando-as para receber cuidado, atenção e tratamento médico. Esta prática perdurou por aproximadamente 8 séculos, permanecendo até os anos 50 do século XX (MACEDO et al., 2018).

Estimulados pelas grandes guerras e pela Declaração dos Direitos Humanos, movimentos sociais foram se organizando, e nos anos 60 e 70 novos modelos surgiram no sentido de reabilitar as pessoas para o convívio em sociedade. Na década de 80 devido ao surgimento de avanços tecnológicos e da medicina, barreiras geográficas foram quebradas, permitindo processos de comunicação mais acelerados e ainda a luta pelos direitos humanos na busca pela valorização da diversidade enquanto processo de humanização como fator enriquecedor da sociedade (MACEDO et.al., 2018).

O Brasil foi um dos Países assinantes da Declaração de Salamanca (2004), formulada na Espanha, onde se compromete a incluir todas as crianças, independentemente de suas dificuldades nas escolas. Segundo a Declaração, todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular. Ela reforça o direito à uma educação de qualidade e que considere as características únicas de cada aluno, evitando discriminações e exclusão escolar (RAIÇA, 2014).

Contudo, a inserção dessas pessoas nos ambientes escolares não garante a efetivação do processo da inclusão, pois envolve uma gama de fatores que vão além da sua entrada nos espaços educacionais, exigindo profissionais qualificados, materiais didáticos inclusivos, metodologias diferenciadas e espaços estruturados para a diversidade do referido público (SILVA; LIRA, 2022).

A escola, enquanto espaço de formação, tem como função social transmitir o saber sistematizado e fornecer acesso às mais distintas áreas do conhecimento. Uma

área que tem tido destaque ultimamente é a Educação Física, a qual tem como objeto de estudo o corpo em movimento, possuindo uma função social a cumprir no espaço escolar em toda a Educação Básica, seja na Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio (LOPES; OLIVEIRA; ALENCAR, 2021).

Pessoas com qualquer problema de natureza, física, mental ou sensorial tendem a ser menos ativas fisicamente, porém possuem as mesmas necessidades na prevenção de doenças e incremento da qualidade de vida. Atividades físicas regulares poderão reduzir sintomas de ansiedade e depressão, além de promover socialização e aumentar a percepção de bem estar geral das pessoas com deficiência (MARTINS; BERT; BORGES, 2013).

Os deficientes visuais por exemplo, são mais propensas a engajar em esportes e lazer passivos. As dificuldades para esta população praticarem atividades ativas são: limitações na aprendizagem tátil, inconveniência de se adaptar a novos ambientes rapidamente, funcionalidade e pressões econômicas (SHERER; LOPES, 2013),

Para grande parte das pessoas com deficiência visual apresentam atraso motor nas atividades que envolvam equilíbrio, coordenação de movimentos, ritmo, esquema corporal, orientação espacial, além de hábitos posturais. Estas características evidenciadas, na maioria dessas pessoas, são limitadores para a adesão de um estilo de vida ativo e uma boa percepção de qualidade de vida dos adultos com deficiência visual (SHERER; LOPES, 2013).

Ensinar as crianças e adolescentes deficientes visuais a identificar objetos, locais, atividades, e defender-se, pode contribuir a aumentar as oportunidades de participação futura em atividades individuais ou em grupo. Quanto maior for a experiência positiva em relação a diferentes ambientes, e se a exploração ocorrer de forma apropriada ao deficiente visual, as chances de melhora de sua qualidade de vida aumentam significativamente (SHERER; LOPES, 2013).

A falta de adaptações na estrutura física relacionadas a banheiros, ausência de sala de recurso, ausência de rampas, falta de piso antiderrapante, corrimão e falta de adaptação de brinquedos são alguns dos principais problemas identificados nesta revisão integrativa. Além disso, as adaptações pedagógicas relacionadas à estrutura curricular conforme individualidades dos alunos com deficiência matriculados não é uma realidade das escolas brasileiras (SANTOS et.al, 2021)

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O presente estudo é caracterizado como uma revisão de literatura que de acordo com Thomas e Nelson (2002), tipo de pesquisa que realiza um levantamento recente da produção científica num tópico particular. Envolve análise, avaliação, e integração da literatura publicada.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados eletrônicos, SCIELO (Scientific Electronic Library online), Bireme, acessadas através do site de busca Google Acadêmico, Sites: IBGE, tendo um caráter exploratório e descritivo com base nos dados dos artigos científico, dando continuidade as buscas em outras fontes de pesquisas. Foram utilizados os seguintes descritores: Inclusão escolar, Educação Especial, Capacitação de professores.

Foram utilizados os operadores lógicos AND, OR e NOT para combinação dos descritores e termos utilizados para rastreamento das publicações. Adicionalmente, bibliotecas, livros e trabalhos acadêmicos serão consultados como potenciais referências bibliográficas.

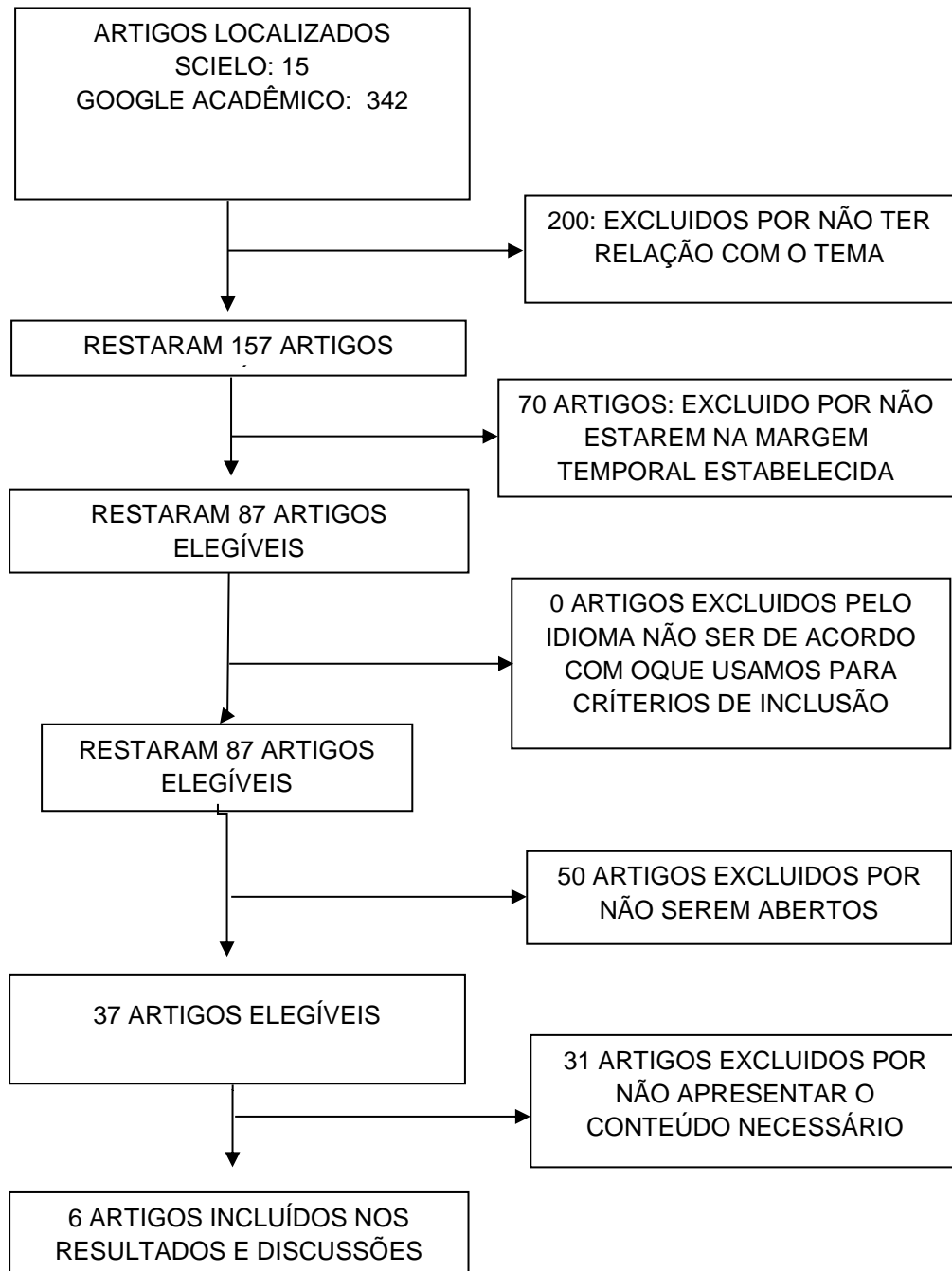
Após a análise do material bibliográfico, serão selecionados apenas os artigos de maior relevância para o objetivo proposto, que atendam aos critérios de inclusão: publicados entre os anos de 2002 a 2022, em língua portuguesa, que falem sobre crianças com deficiência e inclusão escolar, e artigos que analisassem pelo menos um dos desfechos associados sobre a inclusão escolar e qualificação profissional.

Em relação aos critérios de exclusões serão excluídos artigos indisponíveis na base de dados, artigo de revisão e estudos que trabalharam com outro tipo de público ou patologia.

4. RESULTADOS

Em seguida serão expostos na figura 1 o fluxograma do atual trabalho, serão mostrados o quantitativos de artigos científicos, conteúdos e artigos encontrados.

Figura 1 Fluxograma de busca dos trabalhos



Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos.

AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	POPULAÇÃO INVESTIGADA	INTERVENÇÃO	RESULTADOS
José Janailson Guedes da Rocha (2022)	Investigar a qualidade nas aulas de educação física para alunos com deficiência	Qualitativo	Alunos com deficiência	Professores de educação física escolar	As escolas e os professores devem está preparados para acolher alunos com deficiência física
João Serapião de Aguiar (2005)	Investigar os significados da inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de educação física no sistema regular de ensino.	Qualitativo	Crianças (08 a 13 anos)	67 participantes assistentes técnicos pedagógicos em educação física.	Os resultados mostraram que para realizar a inclusão os professores necessitam de apoio do governo.
Camila Lopes de Carvalho (2018)	Analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência na Educação Física Escolar no contexto brasileiro.	Qualitativo	Crianças (05 a 08 anos)	Professores de educação física escolar inclusiva.	Ocorreu uma construção positiva em direção à Educação Física inclusiva.
Karina Patrício Nascimento (2007)	Analisar a atuação dos professores de educação física escolar inclusiva.	Qualitativo	Alunos de graduação vivenciada	20 professores de educação física	A disciplina deve diminuir o distanciamento entre teoria e pratica as situações de problemas
Tássia Pereira de Alves (2013)	apreender as representações de alunos com surdez sobre sua inclusão nas aulas de Educação Física.	Qualitativo, descritiva-exploratória e analítica.	8 alunos com surdez	Pesquisas com professores de educação física.	Prática de outros docentes não considerava as necessidades educacionais de seus alunos com surdez.
Atos Prinz Falkenbach (2010)	professores na inclusão de alunos com deficiência visual em escola pública estadual.	Qualitativo de estudo de caso.	Alunos da 7 série do ensino fundamental.	Professor de educação física e uma professora da educação infantil.	O artigo trouxe uma contribuição para com a pedagogia da Inclusão.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

É necessário o aluno no ambiente escolar se sentir acolhido, mas para que isso aconteça o professor deve estar qualificado pra isso, juntamente com a escola. A escola deve fornecer uma estrutura que comporte as necessidades, essas junções podem impactar de forma positiva na vida dos aluno, pois a atividade física é um direito de todos, isso tudo pode ser efetivo não só internamente como externamente em outras matérias (MANTOAN. 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional facilitou a educação especial, onde sancionou a lei, (LDB) 9394/96, onde diz que não existe educação separada, proporcionando um melhor desenvolvimento do aluno com deficiência, dando direito ao aluno desenvolver suas competências, facilitando melhor a aprendizagem, mas não basta apenas a sociedade ter uma boa disposição tem que haver interesse por parte também dos políticos (MAZOTTA, 1993).

O treinamento esportivo vem mostrando ser um vilão no que se diz respeito a inclusão, ele dificulta o aluno com deficiência a desenvolver certas habilidades, contudo um artigo apontou dificuldades de não ter como haver comparações, por ter investigado apenas uma escola, por outro lado observou-se que houve um melhor aprofundamento, onde foi possível observar coisas que passam despercebidos em alguns estudos, por envolver várias escolas (MAYEDA; ARAUJO, 2004).

Um estudo concluiu que não basta o profissional ter apenas a formação em educação física adaptada em seu currículo, é necessário o convívio com a pratica, para que o profissional possa obter experiencia, com isso a formação continuada mostrou-se mais eficiente do que a formação acadêmica, na área de educação física adaptada, o profissional não deve apenas ter a formação acadêmica, deve-se procurar outras estratégias para aplicar nas aulas, podendo ter mais eficácia no seu ensino.(AGUIAR; DUARTE, 2005)

A inclusão é uma necessidade mundial, porém como qualquer problema deve-se encontrar uma solução, todavia quando surge a solução, surge mais um problema, com isso há uma necessidade do professor procurar formações continuadas, no entanto essas formações tem que ser mediante a situações do dia-a-dia, foi relatado que alguns professores tem preocupações em ministrar uma aula que estimule o aluno, entretanto houve professores que não considerava as necessidades dos alunos surdos, deve haver uma necessidade de que professores deveriam ter nos ensinamentos

superiores condições mínimas, para adquirir conhecimentos sobre inclusão de alunos deficientes nas aulas.(BRASIL, 2006)

Deve-se se refletir quanto a inclusão, onde a realidade da inclusão e oposta a acomodação, os professores nas escolas encontram dificuldades, os professores sentem a necessidade de um apoio por parte da escola, onde as aulas são tomadas por criatividade e improvisação, essas são as experiencias praticas, onde a uma desmotivação, a educação infantil mostrou uma maior inclusão por parte dos alunos, já o ensino fundamental ouve uma dificuldade dos alunos.(VYGOTSKY, 2000)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a lei de diretrizes e bases da educação nacional dizendo que não há tipos separados a escola devem ter um conjunto de recursos que devem ser organizados, o governo deve disponibilizar verbas para as escolas, deve-se realizar mais pesquisas, os professores devem procurar melhor qualificação para uma formação continuada.

O ambiente escolar deve ser fortalecido pelo fato do ambiente educacional não ter o aporte necessário para dá uma inclusão necessária, com isso buscou-se o relato de alunos que disse que o professor estava preocupado com o aprendizado deles, o professor deve se atualizar para que, e deve obter experiencias praticas, por que assim o aluno verá que as aulas está sendo um ambiente acolhedor.

A inclusão dos deficientes nas escolas são ainda falha, pelo fato de os professores e a própria escola não estão preparados, em relação a formação continuada, práticas e uma má estrutura, na esfera política deve-se ter um olhar por parte do governo onde deve ser feito projetos de inclusão, treinamento para o corpo docente, com isso e necessário haver uma superação do treinamento esportivo, mostrou ser prejudicial para a inclusão.

Os professores juntamente com as escolas devem andar em conjunto, as escolas devem promover uma boa estrutura para os alunos, para que eles se sintam incluídos, os professores devem buscar conhecimento através da formação continuada, para aprimorar as suas práticas no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.S; DUARTE, E Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, p. 223-240, ago, 2005.

ALVES, M.L.t; DUARTE,E A percepção dos alunos com deficiência sobre a com sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** 28(2) abr-jun São Paulo 2014

ALVES, T.P; SALES, Z.A; Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar, **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 3.

BRASIL Lei 8.069 de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e o Adolescentes e dá outras providencias. (**Estatuto da criança e Adolescente**) 1990 Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/leis/l8069.htm>> Acesso em 20 de agosto 2022.

BRASIL Lei 13.146 de 06 julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da pessoa com Deficiência**) 2015. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm> Acesso em 09 de setembro 2022.

BREITENBACH .F.V; HONNEF,C ; COSTAS.F.T Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil **Revista Ensaio** n 24 abr/jun 2016.

BORGES,P.P; SOUZA,L.A.S Capacidade à Luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência **Revista Interação** vol 10 ed 1 jan/jun 2019.

CABRAL,S.M; ALMEIDA,W.G Educação Física Escolar: A (não) inserção de esportes adaptados nos conteúdos curriculares par o Ensino Médio **Revista Educação em Foco** n 38 p 203-222 set/dez 2019

CARVALHO, C.L; ARAUJO, P.F Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da educação física, vol. 20, 2018.

FERREIRA,E; LOPES,R.G..B; FERREIRA,R; PICCOLO,V.L.N Um olhar sobre a educação física adaptada nas universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas **Revista da Educação física** v 24 n4 p581-595 2013

FALKENBACH, A.P; LOPES, E.R Professores de educação física diante da inclusão de alunos com deficiência visual, Goiânia, v. 13, n. 3, set./dez, 2010

LIMA, H.T.S. **O papel do professor no contexto inclusivo**: uma reflexão a partir da teoria de subjetividade. E-Revista Facitec, v.4, n.1, 2010.

MAGALHÃES,L; JULIO,M.G; OLIVEIRA,A.L; FERREIRA,E.F **Educação Física e deficiência física** Caderno Científico Fagoc de Graduação e Pós-graduação vol 1 2016

MARTINS,L.T; JUNIOR,R.V; TERTULIANO,I.W; BRUM,A.N; LIMA,M.E;

MANTOAN, M.T.E. **Igualdade e diferenças na escola:** como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G. (Org.). Inclusão escolar. São Paulo: Summus, 2006. MATOS,

NASCIMENTO, K.P; RODRIGUES, G.A A formação do professor de educação física na atuação profissional inclusiva, **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 65 n. 3, 2007

RAIÇA,D Vinte anos da declaração de Salamanca: avanços e desafios **Revista Giz** 2014

ROCHA, J.J; ANDRADE, J.A A inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, Edição Especial. v. 5, n. 6, ago. 2022.

ROCHA,T.C.A **Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escola: um desafio possível ou utopia** Caderno de Educação física e esporte, Marechal Cândido Rondon v 17 n 2 p 185-192 jul/dez 2019

PONTES,T.M; RODRIGUES,M.A; RODRIGUES,M.A Educação Física Inclusiva: a informação é a chave para inclusão **Revista Educação Pública** v 1 n 18 maio 2021

SILVA,N.C; CARVALHO,B.G.E Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa **Revista Brasileira de Educação Especial** n 23(02) abr/jun 2017

SILVA,E.F; ELIAS,L.C.S Habilidades sócias de pais, professores e alunos com deficiência intelectual em inclusão escolar **Revista Brasileira de Educação e Esporte** v26 n 4 p 605-622 out/dez 2020 Bauru

SOUSA,L.O A Inclusão Escolar no Contexto da Educação Infantil **Revista Científica Aprender** 6 Ed Outubro 2012

ALVES, M.L.t; DUARTE,E A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** 28(2) abr-jun São Paulo 2014.

CABRAL,S.M; ALMEIDA,W.G Educação Física Escolar: A (não) inserção de esportes adaptados nos conteúdos curriculares par o Ensino Médio **Revista Educação em Foco** n 38 p 203-222 set/dez 2019.

CHACON, M.C.M Aspectos relacionais, familiares e sociais da relação pai-filho com deficiência física **Revista Brasileira de Educação Especial** v 17 n 13 Marília set/dez 2011.

CIRÍACO, F.L Inclusão: um direito de todos **Revista Educação Pública** v 20 n 29 Agosto 2020.

FERREIRA, E; LOPES, R.G..B; FERREIRA, R; PICCOLO, V.L.N Um olhar sobre a educação física adaptada nas universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas **Revista da Educação física** v 24 n4 p581-595 2013.

GUERRA, P Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática **Revista Angolana de Sociologia** outubro 2012.

LEONEL, W.H.S; LEONARDO, N.S.T Concepções de Professores da Educação Especial (APes) Sobre a Aprendizagem e Desenvolvimento do Aluno com Deficiência Intelectual: um Estudo a Partir da Teoria Vigoskiana **Revista Brasileira de Educação Especial** v 20 n 4 p 541-554 Marília out/dez 2014.

LEHNHARD, G.R; MANTA, S.W; PALMA, L.E A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física **Revista da Educação Física** v 23 Março 2012.

LIMA, H.T.S. **O papel do professor no contexto inclusivo**: uma reflexão a partir da teoria de subjetividade. E-Revista Facitec, v.4, n.1, 2010.

LOPES, C; OLIVEIRA, F.P; ALENCAR, G.P Como a prática esportiva inclusiva na escola pode contribuir na vida social do aluno **Revista Ensino, Educação e Ciências Humanas** v 22 n1 2021.

MAGALHÃES, L; JULIO, M.G; OLIVEIRA, A.L; FERREIRA, E.F **Educação Física e deficiência física** Caderno Científico Fagoc de Graduação e Pós-graduação vol 1 2016.

MARTINS, L.T; JUNIOR, R.V; TERTULIANO, I.W; BRUM, A.N; LIMA, M.E;

MANTOAN, M.T.E. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G. (Org.). Inclusão escolar. São Paulo: Summus, 2006. MATOS.

MAZZOTTA, M.J.S; D'ANTINO, M.E.F Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura , educação e lazer **Revista Saúde e Sociedade** n 20 (2) 2011.

MARTINS, N.A; BERT, F.S.R; BORGES, G.F Um olhar sobre a deficiência visual e a prática de atividade física ao longo da vida **Revista Kairos Gerontologia** n 19 2016 São Paulo.

PONTES,T.M; RODRIGUES,M.A; RODRIGUES,M.A Educação Física Inclusiva: a informação é a chave para inclusão **Revista Educação Pública** v 1 n 18 maio 2021.

RAIÇA,D Vinte anos da declaração de Salamanca: avanços e desafios **Revista Giz** 2014.

ROMITO,M.P.S; ROMITO,P.R; SIMÃO,F.P; ROMITO,J.M; TOBIAS,G.S **Inclusão: um compromisso da escola e da sociedade** VIII Simpósio de excelência em gestão e tecnologia 2011.

ROCHA,T.C.A **Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escola: um desafio possível ou utopia** Caderno de Educação física e esporte, Marechal Cândido Rondon v 17 n 2 p 185-192 jul/dez 2019.

SILVA,E.F; ELIAS,L.C.S Habilidades sócias de pais, professores e alunos com deficiência intelectual em inclusão escolar **Revista Brasileira de Educação e Esporte** v26 n 4 p 605-622 out/dez 2020 Bauru.

SILVA,N.C; CARVALHO,B.G.E Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa **Revista Brasileira de Educação Especial** n 23(02) abr/jun 2017.

SHERER,R.L; LOPES,A.S Atividade física habitual em adultos com deficiência visual: uma revisão sistemática **Revista Pensar a Prática Goiânia** v 16 n 1 jan/mar 2013.

SOUSA,L.O A Inclusão Escolar no Contexto da Educação Infantil **Revista Científica Aprender** 6 Ed Outubro 2012.